



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: JORNAL DA CIDADE

Identificação: POLÍTICA A3

Data: 23/11/2012

## TRANSPARÊNCIA

# MP de Sergipe é “caixa-preta”, diz O Estado de S. Paulo

Reportagem publicada esta semana pelo jornal ‘O Estado de São Paulo’ afirmou que o Ministério Público Estadual de Sergipe (MP/SE) é uma verdadeira “caixa-preta”. No texto o parquet sergipano figura numa lista ao lado de São Paulo, Ceará, Maranhão e Pernambuco, entre as instituições que não cumprem a Lei de Acesso à Informação, que está em vigor há seis meses.

De acordo com as informações publicadas pelo jornalista Marcelo Gomes, veiculadas também no portal Estadão, o MP de Sergipe e os outros três estados não estão divulgando sequer os salários e número de matrículas de funcionários, e está na relação dos menos transparentes. A reportagem diz que 12 Ministérios Públicos Estaduais, além do Ministé-

rio Público Militar, ainda não divulgam individualmente nomes e salários de seus funcionários, destacando os cinco que não fornecem nenhum dado sobre os vencimentos.

A falta de transparência da instituição sergipana também contraria uma resolução do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O item VII do artigo 7.º da resolução 89 do CNMP determina que cada MP deve publicar na internet “remuneração e proventos percebidos por todos os membros e servidores ativos, inativos, pensionistas e colaboradores do órgão, incluindo-se as indenizações e outros valores pagos a qualquer título, bem como os descontos legais, com identificação individualizada do beneficiário e da unidade na qual efetivamente presta serviços”.

Outros sete Ministérios Públicos Estaduais – além do Ministério Público Militar - divulgam apenas matrícula dos funcionários e os salários, sem os nomes. A reportagem informa que a resolução do CNMP permite que os Ministérios Públicos divulguem os salários sem o nome dos servidores (constando apenas a matrícula deles), o que diminui a transparência do processo.

Foram considerados os MPs mais transparentes os Ministérios Públicos Federal e do Trabalho, além dos Ministérios Públicos do Acre, Amazonas, Espírito Santo, Piauí, Rio Grande do Norte e Roraima, que divulgam nomes e salários de todos os servidores, numa mesma lista e sem que seja necessário realizar qualquer tipo de cadastro.